

Penna acha que governo convencerá os credores

O ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna, considerou uma vitória das autoridades econômicas brasileiras a disposição manifestada pelo presidente do Bank of America, Samuel Armacost, de que a renegociação da dívida externa tem de se dar em bases políticas, de governo a governo, creditando-a à capacidade crescente do governo brasileiro de convencer os credores até agora irredutíveis.

O Brasil, disse Penna, perdeu US\$ 40 bilhões nos últimos anos, nas relações de troca com os países desenvolvidos, que transferiram aos subdesenvolvidos o impacto da crise do petróleo, seguido das crises provocadas pelas altas taxas de juros e a redução significativa do comércio internacional.

O País teve de suportar ainda, ressaltou, a política de valorização do dólar norte-americano nos últimos dois anos, que transferiu recursos líquidos para a economia norte-americana, na medida em que teve de desvalorizar seguidamente o cruzeiro para tornar as exportações brasileiras, cotadas em dólar, competitivas diante das moedas fortes européias.

"O enfraquecimento da economia brasileira, em consequência do prejuízo causado por fatores externos determinados principalmente pela política monetária norte-americana, é um fato que agora preocupa os credores, porque é cada vez mais difícil para o País reunir recursos suficientes para saldar seus compromissos financeiros assumidos com o mercado financeiro internacional, razão pela qual começam a entender a necessidade alardeada pelas autoridades econômicas de o País negociar sua volumosa dívida em bases mais justas", observou.

Penna tem pregado insistentemente que é "preciso haver compatibilização entre o fluxo de comércio e o pagamento dos compromissos financeiros, porque o País só poderá pagar sua dívida se puder exportar". Nesse sentido, prega o entendimento entre o FMI, o Banco Mundial, os credores e os organismos internacionais que regulam a atividade comercial no mundo ocidental com o Gatt (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), no sentido de permitir o aumento das exportações dos países em desenvolvimento, reduzindo gradativamente o protecionismo exacerbado que se verifica no momento.